



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 8

PERU: EVOLUÇÃO RECENTE E DESAFIOS FUTUROS

MARCELO SANTOS

São Paulo, junho de 2011



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Feliciano Garcia Aguirre (UV/México)
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Marta Loza (UDG/México)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 8

PERU: EVOLUÇÃO RECENTE E DESAFIOS FUTUROS

MARCELO SANTOS¹

São Paulo, junho de 2011

¹ Professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista - UNESP (Campus Araraquara) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INEU (marsant28@yahoo.com.br).

ÍNDICE

Introdução.....	5
Mineração, hidrocarbonetos e conflitos sociais.....	6
Cultivo de coca, narcotráfico e remanescentes “senderistas”.....	16
Democracia, representação e nação.....	24
Uma breve visão de conjunto.....	32
Referências bibliográficas.....	33

Introdução

As três seções reunidas neste artigo formam um conjunto amarrado por uma preocupação: ainda que com limites, elaborar um quadro interpretativo da realidade peruana recente e delinear alguns desafios que se colocam para o país no futuro. As temáticas escolhidas para dar conta dessa interpretação são: “Mineração, hidrocarbonetos e conflitos sociais”; “Cultivo de coca, narcotráfico e remanescentes ‘senderistas’”; e “Democracia, representação e nação”. O eixo fundamental que perpassa toda essa análise, que obviamente pretende ser apenas uma pequena contribuição ao debate nesse assunto, está centrado na conhecida constatação de que no Peru, como ocorre na maior parte dos países latino-americanos, a construção de uma institucionalidade democrática, a incorporação social e a melhor distribuição dos recursos econômicos ainda constituem uma obra inacabada. Tal constatação talvez seja o ponto de partida para entender porque, de tempos em tempos, é recolocado no país um paradoxo, como o recente, que apresenta crescimento econômico combinado com conflitos sociais e instabilidade política.

A primeira seção tenta entender o quadro, em tese contraditório, de expansão econômica das atividades de mineração e hidrocarbonetos num ambiente de inúmeros conflitos sociais. Argumenta-se que, no modelo exportador e de livre mercado, adotado pelos últimos governos peruanos, o Estado não tem assumido o papel de estabelecer um marco regulatório eficiente nas questões ambientais, econômicas e sociais que envolvem as atividades extrativas. Nesse contexto, como veremos, desdobram-se conflitos sociais de todos os tipos. A segunda seção compreende um exame da situação atual dos cultivos de coca, das atividades do narcotráfico e das políticas de combate às drogas no país. Sugere-se que, em meio a um quadro de expansão dos cultivos ilícitos, a forma como vem sendo tratada a temática das drogas está longe de equacionar os problemas decorrentes do narcotráfico, além de incrementar os conflitos sociais e a instabilidade política nas regiões afetadas. Com um enfoque na evolução política recente do país, a terceira seção aborda as temáticas da democracia, da representação e da nação. Afirma-se que os recorrentes desencontros entre Estado e sociedade, a cultura política autoritária, as desigualdades sociais, regionais, étnicas e culturais, que se expressam em termos políticos e econômicos, continuam colocando em causa a possibilidade de o país se converter numa nação integrada. No final do texto, há uma breve visão de conjunto.

Mineração, hidrocarbonetos e conflitos sociais

No período 2001-2008, o Peru vivenciou um notável quadro de expansão econômica, que pode ser constatado no aumento de 50% do PIB e na média de crescimento anual de 6,5%. Em 2008, segundo relatório da CEPAL, divulgado em julho de 2009, o país teve uma taxa de crescimento de 9,8%, uma expansão do emprego formal de 8,3% e um superávit fiscal de 2,1% do PIB. De acordo com estimativas desse relatório, em 2009, o PIB da América Latina e do Caribe se contrairá 1,9%, refletindo os efeitos da crise econômica mundial. Mesmo assim, o Peru apresentará crescimento positivo, com uma taxa de 2% (CEPAL, 2009). Em ampla medida, o dinamismo da economia peruana tem sido impulsionado pelos investimentos privados, pela demanda interna e pela expansão das exportações de matérias-primas, destacando-se a indústria mineira. Representando 7,6% do PIB, a mineração foi responsável por 59% das exportações do país em 2008 (SNMPE, 2009a; CEPAL, 2009). A ampliação do ingresso de divisas tem contribuído para, entre outros desdobramentos econômicos, baixar o preço do dólar internamente, fomentar as importações, aumentar as reservas internacionais e sanar dívidas do país junto aos credores externos.

O boom da mineração, desenvolvido nos últimos anos, pode ser explicado por uma conjuntura que combinou fatores internos e externos. No âmbito interno, estão as reformas econômicas liberalizantes e de ajuste macroeconômico praticadas desde a era Fujimori, que, mediante privatizações e reduções tributárias aos investidores, criaram um atrativo ambiente para os investimentos privados. E no âmbito externo, destacam-se a majoração dos preços dos minerais e dos metais, decorrente do dinamismo das economias chinesa e indiana, e o avanço tecnológico na prospecção geológica e na produção dos recursos (MÉNDEZ, ORIHUELA y PAREDES, 2007).

Na América Latina, o Peru ocupa a liderança na produção de ouro, prata, zinco e chumbo, e o segundo lugar em cobre. No mundo, o país é o segundo na produção de cobre, terceiro em estanho e zinco, quarto em chumbo e quinto em ouro e cobre (BEDOYA, 2007). A atividade mineradora é comandada por grandes corporações de projeção regional e mundial, sendo que as de origem transnacional, como Antamina, Southern, Yanacocha, Cerro Verde, Barrick e Xstrata, comandam 70% da exploração, produção e venda, enquanto as peruanas, como Buenaventura, Minsur, Volcan, Brocal, Milpo e Atacocha, ficam com o restante (ASTE, 2007; BEDOYA, 2007).

Os tempos de bonança econômica nos governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de Alan García (2006-...), capitaneados pelas exportações de matérias-primas, têm sido acompanhados de protestos populares contra esses governos e de crescentes conflitos nas regiões mineiras e de hidrocarbonetos, com distintos níveis de violência. Ainda que os indicadores macroeconômicos apontem aumentos nos índices de crescimento econômico, com expansão dos postos de trabalho, elevação do consumo privado e redução do nível de pobreza de 48,6% para 36,2% no período 2004-2008. O mal-estar social vem crescendo de forma significativa, principalmente nas dispersas áreas da Serra rural e da Selva, onde persistem os históricos níveis extremados de pobreza e de desigualdade. Tornando evidente que os benefícios do crescimento econômico atingiram, em maior escala, as regiões mais ricas da Costa urbana. De acordo com o *Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)* (2009), órgão do governo peruano, a pobreza no Peru atingiu 36,2% da população no ano de 2008, sendo que 12,6% dessas pessoas viviam em estado de pobreza extrema. Os índices de pobreza por região do país eram os seguintes: a região da Costa possuía 21,3% da população vivendo em pobreza, sendo que 2% dessas pessoas viviam em extrema pobreza; a região da Serra (Cordilheira dos Andes) apresentava 56,2% da população vivendo em pobreza, sendo que 27,3% dessas pessoas viviam em extrema pobreza; a região da Selva tinha 40,9% da população vivendo em pobreza, sendo que 14,5% dessas pessoas viviam em extrema pobreza. A pobreza por área de residência apresentava os seguintes dados: na área urbana, a pobreza estava em 23,5%, sendo que 3,4% dessas pessoas estavam na pobreza extrema; na área rural, a pobreza estava em 59,8%, sendo que 29,7% dessas pessoas estavam na pobreza extrema (INEI, 2009).

Em geral, refletindo a fragmentação da sociedade e a dispersão geográfica, os protestos e conflitos ocorridos no país não possuem grandes referenciais de organização e objetivos de dimensão nacional. Particularmente no que se refere aos conflitos gerados em torno da expansão da mineração, as causas não só se remetem ao conhecido divórcio entre política, economia e sociedade no Peru, como também aos divergentes interesses, posições ideológicas e concepções de desenvolvimento dos atores envolvidos nas atividades mineradoras. A rigor, nos últimos anos, os inúmeros projetos mineradores têm gerado conflitos de todos os tipos, envolvendo comunidades locais, governos locais, empresas mineradoras e o Estado, como nos casos de Tambogrande (Piura), Majaz (Piura), Yanacocha (Cajamarca), Cerro Quilish (Cajamarca), Antamina (Ancash),

Tintaya (Cuzco), La Oroya (Junín) e Las Bambas (Apurímac) (ALARCÓN, 2005; TANAKA y HUBER, 2007).

De modo breve, cabe verificar as posições dos atores envolvidos nesse processo. Do lado das empresas, responsáveis pelos projetos, as posições são no sentido de garantir a segurança de seus investimentos num ambiente de regras claras e estáveis. Do lado das comunidades locais, que habitam as áreas onde ocorrem os investimentos, os postulados decorrem de suas preocupações em relação aos impactos das atividades mineradoras sobre o meio ambiente, a economia local (agricultura e pecuária), os empregos, os direitos trabalhistas, os deslocamentos humanos, o modo de vida comunitário, etc. O Estado, por sua vez, além de atuar no sentido de garantir a ordem pública nos momentos de conflitos, tem adotado, nos últimos governos, uma política para o setor da mineração estruturada na concessão de benefícios e incentivos para atrair investimentos privados internos e externos. Tal orientação - em sintonia com modelo econômico exportador e de livre mercado assumido pelo país - tem feito com que o Estado não construa um marco regulatório eficiente nas questões ambientais, econômicas e sociais que envolvem as atividades extrativas (TANAKA y HUBER, 2007; ASTE, 2007; BEDOYA, 2007; ALAYSA, 2009). Segundo o presidente Alan García, em três artigos publicados no jornal *El Comercio*, em 2007, no Peru há um grande número de recursos (Amazônia, minérios, petróleo, mar e trabalho humano) que estão sendo desperdiçados “*por el tabú de ideologías superadas, por ociosidad, por indolencia o por la ley del perro del hortelano que reza: ‘si no lo hago yo que no lo haga nadie’*”.² Com o respaldo de grande parte da classe política, da mídia e do empresariado, Alan García considera que a única maneira de utilizar esses recursos é através da propriedade privada e dos investimentos de grandes empresas. Dessa forma, o governo deve retirar todos os entraves burocráticos que impeçam os investimentos privados, ou seja, “*en vez de exigir criterios exagerados, debe dejarse al mercado y la competencia de los privados la fijación de estas condiciones*”.³ Na prática, essa postura tem implicado em pouco empenho por parte do Estado no sentido de estabelecer políticas de mediação de conflitos, de garantia de direitos trabalhistas básicos e de

² Ver: Alan García “El síndrome del perro del hortelano”. Em *El comercio*, 28 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.elcomercio.com.pe/edicionimpresa/Html/2007-10-28/el_sindrome_del_perro_del_hort.html.

³ Ver: Alan García “Receta para acabar con el perro del hortelano”. Em *El comercio*, 4 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.elcomercio.com.pe/edicionimpresa/Html/2007-11-25/receta_para_acabar_con_el_perr.html.

regulação e fiscalização dos impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas.

Desse quadro de interesses e posições decorre vários tipos de conflito. Um deles está relacionado à distribuição dos recursos econômicos gerados pela atividade mineradora. O governo peruano criou uma série de mecanismos tributários, tais como o *canon*, *el sobre canon*, *las regalías* e o *Fondo de Compensación Municipal (FONCOMUN)*, com a perspectiva de garantir a transferência de recursos provenientes da mineração aos governos regionais e locais. Além disso, delegou às empresas a tarefa de fazer investimentos voluntários no desenvolvimento das regiões onde operam. Em que pese essas iniciativas, a persistência do quadro de pobreza extremada num ambiente de grandes lucros das companhias mineradoras é fonte de tensões e de conflitos entre populações e governos locais contra empresas e o Estado. Isso indica que os mecanismos, critérios e prioridades de distribuição dos recursos, tanto pelo Estado quanto pelas empresas, têm sido insuficientes para promover o desenvolvimento e o bem-estar nas regiões mineradoras (CARRILLO, 2008; GONZALES, 2008; DURAND, 2008). Note-se que, em campanha para presidente, Alan García havia prometido aplicar um imposto sobre os altos ganhos das empresas mineradoras, devido aos excepcionais preços dos minérios. O fato de o presidente não ter cumprido essa promessa acabou incrementando o grau de insatisfação das populações das regiões mineiras.

Outra fonte de conflitos decorre do próprio sistema democrático intercultural peruano, notavelmente marcado por uma cidadania limitada, incapaz de garantir ampla informação, participação e direitos aos diversos grupos sociais afetados pelas atividades mineiras. Nesse sentido, a notória ausência da presença do Estado na região mineradora confere as empresas determinados papéis, que em tese não deveriam ser de sua alçada, como, por exemplo, o de estabelecer marcos de decisão e execução de ações relacionadas aos investimentos sociais e ambientais. Tal quadro abre espaço para que as empresas sejam alvos de reivindicações movidas por governos locais e populações para garantirem canais formais de comunicação e participação nos assuntos relacionados ao desenvolvimento das atividades mineradoras (GOULEY, 2007; ASTE, 2007; ALAYSA, 2009). Ocorre que, mesmo nos casos em que se consegue estabelecer esses canais, não há um peso institucional forte que seja capaz de garantir o cumprimento dos acordos, o que mantém as perspectivas do conflito.

Por fim, o tema da exploração do meio ambiente tem originado a maior parte dos conflitos. Segundo os números apresentados pelo relatório do órgão constitucional autônomo *Defensoria del Pueblo*, em junho de 2009, 128 casos, ou seja, 47% do total de conflitos sociais no país eram do tipo socioambiental, sendo que 71% desses conflitos estavam vinculados com a atividade mineradora.⁴ Conforme pode ser constatado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Conflitos segundo o tipo - junho de 2009

Tipo	Nº de casos	%
Socioambiental	128	47
Assuntos de governo local	41	15
Trabalhistas	32	12
Assuntos de governo nacional	25	9
Comunitários	15	6
Demarcação territorial	14	5
Assuntos de governo regional	8	3
Eleitorais	6	2
Cultivo ilegal de coca	3	1
Outros	1	0
Total	273	100

Fonte: Reporte de Conflictos Sociales N° 64, junio 2009.

Tabela 2. Conflitos socioambientais por áreas (em %) – junho de 2009.

Tipo	%
Mineração	71
Hidrocarbonetos	9
Resíduos e Saneamento	8
Energia	5
Recursos Hídricos	2
Telecomunicações	2
Outros	2
Desmatamento em zona de reserva	1
Total	100

Fonte: Reporte de Conflictos Sociales N° 64, junio 2009.

⁴ Ver: Defensoria del Pueblo (2009), *Reporte de conflictos sociales n.64*. Disponível em: http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/objetos/paginas/6/44conflictos-reportes_64-junio_2009.pdf.

Nos últimos anos, o Estado peruano aumentou significativamente a concessão de territórios para empresas mineradoras e de hidrocarbonetos. Tais concessões ocorreram em grandes áreas da Serra e da Selva, regiões de alta biodiversidade e de tradicionais e ancestrais atividades de agricultura e pecuária. Os investimentos nessas regiões têm provocado uma reconfiguração das economias e modos de vida locais, com impactos sobre o uso da água e da terra pelas populações, as atividades produtivas, os níveis de emprego e os deslocamentos populacionais. Em geral, essas transformações são motivos de conflitos entre populações locais e empresas (CASTRO, 2009). A seguir, na tabela 3, um panorama das causas dos conflitos socioambientais. Repare que os conflitos socioambientais possuem mais de uma causa.

Tabela 3. Conflitos socioambientais conforme suas causas.

Tipo	Nº de casos
Questionamento à administração de fundos	1
Uso inadequado da água	4
Aparente afetação urbana	6
Sem consulta prévia	7
Presença ilegal	11
Disputa de terras	11
Demanda de apoio ao desenvolvimento local	18
Demanda de compensação	19
Descumprimento de compromissos	25
Suposta contaminação gerada	42
Temor ao possível dano ambiental	58

Fonte: Reporte de Conflictos Sociales N° 64, junio 2009.

Em conjunto, num quadro de notória ausência das funções estatais de mediação imparcial e de regulação das atividades, os desdobramentos desses conflitos na região mineradora são os mais diversos. Compreendendo desde impasses e obstruções em torno de novos e velhos projetos de exploração, passando por acordos *ad hoc* entre populações, governos locais e empresas, e, em alguns casos, chegando a negociações mais sofisticadas entre populações e empresas, com a criação de mecanismos de resolução de conflitos e de redistribuição dos recursos. Importa destacar que a resolução de um conflito, seja qual for, na maioria dos casos é efêmera. Isso porque não há um marco regulatório, feito pelo Estado, que estabeleça condições ambientais, econômicas

e sociais para que as indústrias extrativas sejam parte de um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, muitas causas dos conflitos permanecem, mesmo com as negociações entre populações, governos locais e empresas. Não é à toa que muitos conflitos acabam se repetindo nas mesmas regiões. Na verdade, o que predominantemente ocorre é uma solução para os protestos, ou seja, um acordo entre as partes para restabelecer a ordem social e por fim a violência, porém permanecem as condições para o desenvolvimento de novos conflitos. Em outros termos, a solução para os protestos, com as negociações entre empresas e governos locais e populações, não tem sido capaz de eliminar a incerteza e a insegurança em que vivem as populações próximas às minas, nem diminuir significativamente os níveis de desigualdade e pobreza, e muito menos garantir a clareza, a simetria e o cumprimento nos acordos. Nesse ambiente, as próprias atividades empresariais de planejamento de longo prazo ficam prejudicadas, devido ao clima de tensão e instabilidade presente nessas regiões.

Atualmente, o setor de hidrocarbonetos também tem vivido uma fase de grande expansão, decorrente de novas descobertas de reservas e do incremento da produção de hidrocarbonetos líquidos e de gás natural. Segundo os dados da *Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía (SNMPE)* (2009), organização empresarial peruana, em 2000, o país possuía 14 contratos de exploração vigentes, no valor de US\$ 120 milhões, e, em 2008, já eram 61 contratos, no valor de US\$ 1.008 milhões (SNMPE, 2009b). As principais zonas produtoras de petróleo estão concentradas no norte do país, enquanto que a produção de gás natural está localizada, em sua maior parte, na Selva central.

A expansão das atividades relacionadas aos hidrocarbonetos também tem ocorrido num ambiente de crescente aumento dos conflitos sociais, principalmente na região Amazônica. Nos últimos anos, sobretudo após o governo peruano ter concedido a licença para a exploração dos hidrocarbonetos da reserva de Camisea, na região de Cuzco, sul do país, aumentou a presença de corporações transnacionais do petróleo na Amazônia peruana, despertando a desconfiança e o repúdio da população local.⁵ Vale lembrar que os processos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Peru são desenvolvidos por empresas transnacionais de vários países, como Argentina, Brasil, Canadá, China, Espanha, EUA, França e Itália. A estatal Petro Perú detém o

⁵ Além da exploração mineradora e de hidrocarbonetos, as atividades da indústria madeireira e o narcotráfico têm reduzido a fauna e flora da região, com consequências danosas aos povos nativos da floresta, que, historicamente dispersos e sem peso político, lutam pelo reconhecimento de sua existência.

controle das refinarias. No caso da exploração dos hidrocarbonetos da reserva de Camisea, o governo peruano concedeu licença ao consórcio liderado pelas empresas Pluspetrol Perú Corporation, Hunt Oil Company of Peru LLC, Tecpetrol del Perú SAC, SK Corporation, Sonatrach Peru Corporation SAC y Repsol Exploración Perú (DESDEADENTRO 71, 2009).

Em maio de 2008, quando foi autorizado pelo Congresso a legislar por decreto para adaptar leis do país ao Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, o governo de Alan García publicou 102 decretos que facilitavam a exploração dos recursos naturais da Selva Amazônica por investidores da agroindústria, da mineração e do petróleo. Os decretos foram criados sem a consulta prévia aos povos que vivem nessa região, contrariando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada pelo país, que prevê a consulta em caso de leis que afetem as populações originárias.⁶ A publicação desses decretos gerou um tremendo desconforto nas populações atingidas, abrindo espaço para uma crescente mobilização das associações indígenas da Amazônia peruana, lideradas pela *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP)*.

Entre maio de 2008 e junho de 2009, inúmeras mobilizações indígenas resultaram em bloqueios de rios e estradas, paralisação do oleoduto *Nor Peruano*, retenção de embarcações de empresas petroleiras, tomada de um aeroporto, em áreas da Selva, tais como: Ceneba, Morona Pastaza, Atalaya, Moyabamba, el Valle de Pichis, Puerto Maldonado, Urubamba Alto, Urubamba Bajo e Loreto. Além de denunciar o autoritarismo de Alan Garcia na publicação dos decretos, as mobilizações dos povos da Amazônia peruana externaram suas preocupações em relação à concessão de suas terras comuns aos grupos empresariais de hidrocarbonetos e da agroindústria, considerando que as atividades dessas empresas poderiam colocar em risco a manutenção de seus recursos naturais (terra e água) e de suas formas de vida (BRAVO, 2009). Motivos para essas percepções não faltaram. Segundo importante estudo de Carlos Monge, León Portocarrero, Claudia Viale e Rocío García (2008), nos últimos anos, uma parte significativa das terras das comunidades andinas e amazônicas e dos pequenos proprietários rurais foram entregues pelo Estado, em regime de concessão, para as empresas mineradoras e de hidrocarbonetos. No caso das comunidades campesinas,

⁶ Ver: Organização Internacional do Trabalho (1989), *Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_169.pdf.

55% de seus territórios se encontravam nessa situação em 2008 (COOPERACIÓN apud MONGE, PORTOCARRERO, VIALE y GARCÍA, 2008: 135). Na Amazônia, o território loteado subiu de 15% em 2004 para 68% em 2006 (PERUPETRO apud MONGE, PORTOCARRERO, VIALE y GARCÍA, 2008: 136). O estudo citado ainda trouxe os informes da Universidade de Duke e das organizações *Land is Life e Save America's Forests*, que destacavam o aumento das áreas loteadas na Amazônia peruana, atingindo 72% do território no ano de 2008 (MONGE, PORTOCARRERO, VIALE y GARCÍA, 2008).

A reação inicial do governo aos protestos na região da Selva foi a de não admitir qualquer negociação com as populações, com a justificativa de que os acordos deveriam ocorrer diretamente entre as empresas que receberam as concessões e as populações locais. Com o crescimento dos conflitos, o governo passou a reprimir militarmente os protestos indígenas e acusar os índios de “selvagens que impedem o desenvolvimento do país”. Lembre-se de que, desde os artigos publicados com o título “*El síndrome del perro del hortelano*”, em 2007, Alan García vem acusando os críticos do seu governo de “comunistas”, “retrógrados”, “falsos ambientalistas”, “terroristas”, entre outras denominações. Diante da resistência dos indígenas, com derramamento de sangue, o governo de Alan García acabou recuando na sua estratégia e admitindo que os decretos foram feitos sem ouvir as comunidades amazônicas. Em 18 de junho de 2009, pregando a reconciliação do país, o governo aprovou no Congresso unicameral do Peru a revogação de dois decretos sobre a exploração da Amazônia. Foram revogados os decretos 1.064 e 1.090, que criavam um novo regime jurídico para atividades agrícolas e uma nova lei florestal e de fauna silvestre. Com essas medidas, foram abertas perspectivas de negociações com o movimento indígena amazônico, que tenta garantir sua representação política num país em que, em geral, a voz indígena, quando é ouvida, é a do mestiço camponês de origem *quechua* e *aymara*, da cordilheira dos Andes. Cabe também ressaltar que, com a revogação dos dois decretos, o governo colocou fim aos protestos e a violência, porém permanecem as condições para novos conflitos na região. A liberação para que a empresa petrolífera anglo-francesa Perenco inicie a exploração das jazidas petrolíferas de Paiche, Dorado e Piraña na Amazônia, consideradas as maiores descobertas de petróleo do Peru nos últimos 30 anos, anunciada 13 dias depois do fim dos protestos, pode ser o início de novos conflitos na região. Até pouco tempo atrás, a empresa estava proibida por manifestantes indígenas de entrar na região.

Cabe constatar que, assim como no caso dos conflitos sociais em torno da expansão mineradora, também está na raiz de vários conflitos nas áreas de exploração de hidrocarbonetos a preocupação com o estabelecimento de marcos regulatórios para o desenvolvimento das atividades de exploração dos recursos, tais como: a criação e garantia de direitos trabalhistas; a manutenção dos empregos para a população local; o preço de venda das terras; e a participação nos lucros. Ainda compõe o quadro de conflitos, tanto na Serra mineradora quanto na Selva petrolífera, a sensação presente nas populações locais de que estão diante de uma repetição dos grandes ciclos exportadores de matérias-primas do país (guano, salitre, borracha, etc.), nos quais as atividades extrativas debilitaram o meio ambiente, enriqueceram setores das elites nacionais e companhias transnacionais, e não trouxeram desenvolvimento sustentável para as regiões.

Em conjunto, pode-se dizer que esse quadro de conflitos expressa, por um lado, conhecidos traços do cenário político e social peruano, tais como: o alto grau de assimetria, heterogeneidade e fragmentação da sociedade civil; a debilidade dos canais formais de processamento das demandas sociais; e as debilidades do Estado para fazer cumprir a lei, controlar o território, mediar conflitos, gerir políticas sociais efetivas e promover o desenvolvimento em todas as partes do país. De outro lado, apesar das mudanças sociais, geográficas e culturais ocorridas nas últimas décadas, o desenvolvimento de vários conflitos também expõe várias contradições que continuam marcando o país, que podem ser expressas na antiga metáfora “modernidade versus tradição”, ou seja, o choque entre o mundo ocidental e o mundo andino ou amazônico, entre os modernos grupos de mineração, hidrocarbonetos e agroindústria e as tradicionais atividades da agricultura e da pecuária, entre o conceito moderno de propriedade e a propriedade ancestral comunitária, entre a Costa urbana e a Serra e Selva rurais, entre Lima e o interior, e assim por diante.

Diante desse quadro, um desafio que se coloca para o país está relacionado ao estabelecimento de um novo pacto social entre empresas, comunidades, governos locais e o Estado. No sentido de que as atividades da mineração e dos hidrocarbonetos possam ocorrer num ambiente de redistribuição mais equitativa dos benefícios, de projetos ambientais, de garantias de participação, direitos e oportunidades aos povos nativos. A atual conjuntura econômica do país, em especial desses setores, com promessas de

novos e grandes investimentos, pode ser um dado favorável para um encaminhamento desse desafio.

Cultivo de coca, narcotráfico e remanescentes “senderistas”

Ao contrário da Colômbia, e assim como na Bolívia, no Peru o cultivo e o consumo de coca têm raízes milenares, compondo a cultura de uma parte desses povos andinos. Cerca de 5.000 anos, as folhas de coca são utilizadas para consumo, remédios, rituais e cerimônias religiosas⁷. Dessa forma, com o respaldo da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Substâncias Sicotropicas - que autoriza o cultivo de até 9.000 toneladas em áreas onde existam evidências de usos lícitos tradicionais - Bolívia e Peru possuem leis nacionais que regularizam os cultivos tradicionais. No caso peruano, o Estado permite o cultivo de 11.500 hectares de folhas de coca⁸. A *Empresa Nacional de la Coca (ENACO)*, controlada pelo Estado, detém o monopólio de compra das folhas de coca produzidas pelos camponeses, e também é a única responsável pela transformação das folhas em produtos industriais lícitos. Note-se que é muito tênue a linha que separa o cultivo legal e o ilegal. Segundo estimativas da Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), publicadas em julho de 2009, no relatório “*Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2008*”, menos de 8% da folha de coca é utilizada com fins lícitos (UNODC, 2009a).

Para reduzir as áreas cocaleiras consideradas ilegais, o governo peruano vem praticando dois tipos de erradicação manual: a voluntária e a forçada. A erradicação voluntária é coordenada pela *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA)*. E a erradicação forçada é realizada pela *Unidad de Control y Reducción de la Hoja de Coca en el Alto Huallaga (CORAH)*. Importa destacar que a política de erradicação forçada, de inspiração norte-americana, tem sido duramente rechaçada pelos camponeses e os sindicatos cocaleiros. O movimento cocaleiro peruano – que,

⁷ Durante milênios a plantação de folha de coca tem estado plenamente integrada à cultura andina. O hábito milenar de mascar a folha de coca constituiu ao longo do tempo um valor social e cultural de Incas, *Aymaras*, *Quechuas*, Guaranis e outros povos da região dos Andes. O uso da folha como moeda de troca, como alimento nutritivo e como substância terapêutica e medicinal foi fundamental para a sobrevivência dessas culturas. É importante lembrar que a folha de coca, que conserva todos os alcalóides da planta, não é o mesmo que cocaína, um composto cristalino orgânico (C₁₇H₂₁NO₄). Dos 14 alcalóides da folha apenas um serve para produzir cocaína. Portanto, a mastigação de coca e a absorção de cocaína não têm absolutamente nada em comum (TENA, 2000).

⁸ Em junho de 2005, os governos das regiões de Cuzco e Huánuco declararam a folha de coca como patrimônio cultural, permitindo o cultivo ilimitado nessas regiões. Tal medida foi revogada posteriormente pelo Tribunal Constitucional do país.

debilitado e dividido, não tem a mesma capacidade de combate e de organização dos bolivianos – tem promovido violentos protestos contra as forças do Estado e eleito representantes para o parlamento peruano no sentido de barrar a estratégia repressiva de combate à oferta através da erradicação forçada. O crescimento da erradicação forçada nos governos de Toledo e de García ocorreu nos momentos de negociações comerciais com os EUA. No caso do governo Toledo, a administração George W. Bush, em 2002, condicionou a renovação da Lei de Promoção Comercial Andina ao desenvolvimento da luta antidrogas preconizada pela *Drug Enforcement Agency Administration (DEA)* (ROJAS, 2005)⁹. No governo García, segundo alguns analistas, a erradicação forçada aumentou pelo fato de que o país esteve empenhado na aprovação do Tratado de Livre Comércio com os EUA (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 26, 2008).

Pode-se dizer que, no Peru, a segurança nacional, o estado de direito, a democracia e o próprio desenvolvimento do país têm sido duramente ameaçados pelas atividades do narcotráfico. Com um breve olhar sobre o país, não é difícil constatar os impactos deletérios dessa economia ilícita, como os prejuízos para a saúde pública, a destruição do meio ambiente, a distorção de valores éticos e morais, o crescimento da insegurança e da violência e a grande capacidade de corromper as instituições políticas.

A cocaína peruana, considerada pela *DEA* como a mais pura da região, abastece majoritariamente os mercados consumidores da Europa, seguidos da América Latina, e depois dos EUA. Para tanto, os cartéis peruanos, mexicanos (Tijuana, Guadalajara, Juárez, Guanajuato y Sinaloa) e colombianos (Norte del Valle) utilizam um complexo mapa de rotas que desembocam nas três rotas principais da costa do pacífico: eixo Ayacucho-Ica; eixo Huallaga-Paita; e a Carretera Central, que liga Tingo Maria com Lima e El Callao. A cocaína também sai do país por outros caminhos, tais como: pelos pontos de fronteira terrestre com o Equador (Aguas Verdes-Machala), Chile (Santa Rosa-La Concórdia) e Bolívia (Desaguadero); pelo Trapézio Amazônico, tráfico fluvial pela Amazônia até o Atlântico, utilizando os rios Marañon e Ucayali até a cidade de Iquitos, e até o porto de Manaus, no Brasil; e a Rota Terrestre Sul, ligando Peru - Altiplano da Bolívia - Buenos Aires (SOBERÓN, 2007)

⁹ A Lei de Promoção Comercial Andina (ATP), para a Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, reduzia as barreiras comerciais dos EUA para esses países. No contexto da Iniciativa Regional Andina, o governo Bush conseguiu aprovar no Senado dos EUA, em agosto de 2002, a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação da Droga (ATPDEA). Essa lei reduzia as tarifas alfandegárias norte-americanas para outros produtos andinos, como confecções e calçados, e exigia em troca o compromisso desses países no combate ao tráfico de drogas.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas (2009), publicado pela Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), referente ao ano de 2008, o Peru ficou com o posto de segundo maior cultivador de folha de coca no mundo, com 33% do montante total dos cultivos, equivalente a 56.100 hectares. O país ficou atrás da Colômbia, responsável por 48% dos cultivos, ou seja, 81.000 hectares. O Peru também ocupa a segunda colocação no ranking dos países com maior oferta potencial de cloridrato de cocaína, atingindo 302 toneladas em 2008, que correspondeu a 36% da oferta mundial nesse ano. Novamente o país ficou atrás da Colômbia, que atingiu a marca de 430 toneladas, equivalente a 51% do montante total em 2008 (UNODC, 2009b). Em recente trabalho denominado de “*Estudio comparativo de la evolución de la coca y la cocaína en Perú y Colombia*”, os pesquisadores Jaime Antezana Rivera e Jaime García Díaz constataram que, no ano de 2008, o Peru assumiu o posto de principal exportador de cocaína no mundo. Enquanto o narcotráfico na Colômbia conseguiu exportar 232 toneladas, os narcotraficantes peruanos foram capazes de mandar ao exterior a quantia de 282 toneladas. Isso porque, embora a Colômbia tenha produzido 430 toneladas enquanto o Peru produziu 302 toneladas, o governo colombiano apreendeu 198 toneladas e o governo peruano reteve apenas 20 toneladas (RIVERA y DIAZ apud YOVERA, 2009).

De acordo com a Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), no relatório “*Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2008*”, o cultivo de coca no país, em 2008, aumentou em 4,5%, e a oferta potencial de cloridrato de cocaína cresceu em 4,1%. As regiões de Alto Huallaga, Apurímac-Ene e La Convención y Lares seguem representando 85% da extensão total da área ocupada pela coca, sendo que a variação dos índices de cultivos no país depende, em larga medida, das mudanças territoriais e produtivas que ocorrem nas duas primeiras regiões (UNODC, 2009a). A tabela 4 destaca os números dos cultivos de coca por região do país.

Tabela 4. Dimensionamento dos cultivos de coca por regiões, 2003-2008 (ha)

Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Variação		% do total de 2008
							ha	%	
Alto Huallga	13.646	16.900	16.039	17.080	17.217	17.848	631	3,7%	31,8%
Apurímac-Ene	14.300	14.700	15.530	15.813	16.019	16.719	700	4,4%	29,8%
La Convención-Lares	12.340	12.700	12.503	12.747	12.894	13.072	178	1,4%	23,3%
San Gabán	470	2.700	292	446	465	500	35	7,5%	0,9%
Inambari-Tambopata	2.260	2.000	2.250	2.366	2.864	2.959	95	3,3%	5,3%
Aguaytía	510	500	917	1.570	1.610	1.677	67	4,2%	3,0%
Palcazú-Piichis-Pachitea	250	300	211	426	1.148	1.378	230	20,0%	2,5%
Marañón, Putumayo, Río Amazonas	450	500	500	968	1.065	1.209	144	13,5%	2,2%
Kcosñipata	s.d	s.d	s.d	s.d	s.d	298	298	0,0%	0,5%
Alto Chicama	s.d	s.d	s.d	s.d	400	400	0	0,0%	0,7%
Total arredondado	44.200	50.300	48.200	51.400	53.700	56.100	2.400	4,5%	100%

Fonte: Monitoreo de cultivos de Coca en el Perú 2008 (UNODC, junho de 2009)

s.d.: sem dados

A região do Valle do Alto Huallaga tem sido, desde a década de 1980, uma das principais áreas de cultivo de coca no Peru. Notadamente marcada pela pobreza e pela falta de infra-estrutura e de políticas públicas, essa região foi, nas últimas décadas, palco de ações do *Sendero Luminoso (SL)* e do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA)* e de atividades do narcotráfico. Nos últimos anos, o cenário da produção de coca no Alto Huallaga tem apresentado distinções. Na zona norte, na província de Tocache (região San Martín), as ações de erradicação forçada promovidas pela *Unidad de Control y Reducción de la Hoja de Coca en el Alto Huallaga (CORAH)* e algumas experiências de desenvolvimento alternativo (cultivos de palma, cacau, café, palmito, arroz, frutas e agroindústria) têm diminuído a extensão das áreas de cultivo de coca.

Note-se que, em que pesem os malogros da estratégia de “desenvolvimento alternativo” para combater as drogas ilícitas nas diversas regiões do Peru, inclusive na própria zona norte do Alto Huallaga, há um projeto que tem apresentado resultados positivos. Trata-se do “*Proyecto de Desarrollo Alternativo Tocache-Uchiza*” (*PRODATU*), resultado de uma parceria entre os governos da Alemanha e do Peru. O projeto é executado pelas instituições de cooperação alemãs *Deutsche Gesellschaft für*

Technische Zusammenarbeit (GTZ) e Kreditanstalt für Wiederaufbau Bankengruppe (KfW), e também conta com a participação da *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida Sin Drogas (DEVIDA)*¹⁰. O *PRODATU* é baseado numa estratégia de inserção da população local numa economia legal e sustentável que serve de base para a estabilidade social. Nessa perspectiva, os gestores do projeto estabelecem uma relação de confiança e cooperação com a população local, na qual a consulta aos agricultores e autoridades locais é constante e não se coloca como condição para o desenvolvimento rural a diminuição dos cultivos de coca (CUBAS, 2008). Iniciativas como a assistência técnica e financeira aos agricultores ligados aos produtos alternativos (óleo de palma, arroz, cacau, mel e atividades orgânicas dos rebanhos animais), a assessoria na busca de mercados para os produtos, o fortalecimento das instituições políticas locais, a melhoria da infra-estrutura e a capacitação de pessoal compõem o quadro principal das atividades do projeto¹¹.

Já a região sul do Alto Huallaga, na província de Leoncio Prado (região Huanuco), num ambiente de ausência de ações de erradicação e de esporádicos programas de desenvolvimento alternativos, impera a expansão dos cultivos de coca combinada com crescimento do narcotráfico e ações de grupos remanescentes do *Sendero Luminoso*. De acordo com o já citado relatório da ONU, no Alto Huallaga tem ocorrido o tradicional “efeito balão”, ou seja, enquanto o cultivo de coca é reduzido no norte, cresce e se multiplica no sul, não afetando, no geral, o número de hectares cultivados e, por consequência, o abastecimento do narcotráfico (UNODC, 2009a).

Na região do Valle del rio Apurímac – Ene (VRAE), tradicional área agrícola peruana, os cultivos de coca não pararam de crescer desde a década de 1980, superando os cultivos de café, cana de açúcar e cacau. Entre os fatores responsáveis pelo VRAE ter se transformado num grande produtor de folha de coca pode ser destacado: primeiro, a queda do preço dos tradicionais produtos agrícolas da região e o aumento do preço e maior produtividade da folha de coca; segundo, o deslocamento das atividades do narcotráfico para a região, devido às políticas de combate ao narcotráfico no Alto

¹⁰ O Peru é o maior receptor individual de recursos financeiros para o desenvolvimento alternativo bancado pela União Europeia. Para a “Estrategia Nacional de lucha contra las drogas 2007-2011”, apresentado pelo governo peruano, a UE aprovou € 132 milhões (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 26, 2008).

¹¹ Ver: Agencia de Cooperación Técnica Alemana – GTZ. (2006), *Alternative Development Tocache-Uchiza, Peru*. Disponível em: <http://www.bvcooperacion.pe:8080/biblioteca/bitstream/123456789/3174/1/BVCI0001931.pdf>.

Huallaga; e terceiro, as ações do *Sendero Luminoso* na região, que prejudicaram as atividades econômicas legais, fazendo com que os agricultores, diante da ausência do Estado, formassem os *Comités de Defensa Civil Antisubversiva (DECAS)* e se vinculassem economicamente, produzindo folhas de coca, ao circuito do narcotráfico, situação que foi mantida mesmo após o fim do conflito armado interno (GUEVARA, 2005). Atualmente, segundo estimativas do governo, dos 16.719 hectares de coca cultivados no VRAE, 95% vão para a produção de cocaína, enquanto os 5% restantes vão para a *ENACO*, o “*chacchado*” (consumo local e tradicional) e experimentos (PARDO, 2009). Segundo Dennis Pereyra (2009), baseado em informações da ONU e da *DEVIDA*, no período 2007-2008, 90% do valor bruto da produção agrícola do VRAE foi gerado pelos cultivos ilegais de coca (PEREYRA, 2009).

A região do VRAE - que compreende os Departamentos de Ayacucho, Cuzco e Junín – é uma área de grande potencial de conflito, pois combina a presença de altos índices de pobreza e de pobreza extremada, relevo de difícil acesso, dependência camponesa da plantação de coca, incapacidade de o Estado exercer o monopólio legítimo da força, narcotráfico e remanescentes do *Sendero Luminoso*.¹² Cabe notar que as atuais ações de grupos remanescentes do *Sendero Luminoso* no Valle do Alto Huallaga e no Valle do Rio Apurímac – Ene têm sido fundamentalmente relacionadas aos negócios da cadeia de produção e comercialização de drogas, nada guardando da insurgência maoísta que aterrorizou o Estado e a sociedade peruana nas décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, a reativação, o recrutamento e o crescimento desse grupo vêm ocorrendo por interesses econômicos, carecendo de estratégia de poder, ideologia, lideranças políticas e articulação nacional (ARCE, 2008; ANTEZANA, 2009; LAGOS, 2009).

Em dezembro de 2006, o governo peruano lançou o Plano VRAE, com objetivos de garantir a paz, combater o narcotráfico e os remanescentes do *Sendero Luminoso* e promover o desenvolvimento da região¹³. Para tanto, segundo Roberto Gordillo, responsável pelo aspecto econômico do plano, foi disponibilizado para o período 2006-2008 um montante de 248 milhões de soles. E para o ano de 2009, o plano teve um

¹² Segundo dados oficiais, 54% dos habitantes do VRAE vivem na pobreza e 44,8% na indigência. Cerca de 60% não contam com nenhum tipo de instalação sanitária, 78% não têm acesso à iluminação pública, 49% sofrem desnutrição crônica e 30% são analfabetos (CONSTRUYENDO DEMOCRACIA 13, 2008).

¹³ Ver: Defensa y Reforma Militar. (2007), *Decreto Supremo 003-2007-DE*. Disponível em: http://www.defensaidl.org.pe/leg_peru/defensa/07/04.pdf.

incremento de 120 milhões de soles (GORDILLO, 2009). As ações do plano estão baseadas na execução de três pontos fundamentais: ações militares, para combater os remanescentes do *Sendero Luminoso*; ações policiais, para a luta contra o narcotráfico; e ações civis, para promover o desenvolvimento social (alimentação, educação e saúde), a infra-estrutura básica (água, comunicação, eletricidade, habitação, saneamento básico e transporte) e o desenvolvimento econômico (diversificação agrícola de produtos lícitos).

Em quase três anos de funcionamento, o Plano VRAE não apresentou resultados expressivos em suas principais pretensões, recebendo duras críticas dos estudiosos do assunto, que apontam para um fracasso do plano. No âmbito militar, que tem consumido a maior parte do orçamento, embora a operação “*Excelencia 777*” das Forças Armadas tenha resultado na retomada do controle do território de Vizcatán, importante reduto de operações do *Sendero Luminoso*, a denominada estratégia antiterrorista contra os remanescentes subversivos está longe de ser exitosa. Os “senderistas”, que atuam com grande e moderno aparato de segurança pago com vultosos recursos do narcotráfico, têm diversificado os lugares de suas operações (como em Tinta e Punco, na província de Tayacaja) e produzido baixas importantes nas Forças Armadas e na polícia peruana. Para muitos analistas, a ausência de um eficaz serviço de inteligência, a falta de preparo das tropas, os problemas operacionais, os materiais bélicos obsoletos e as dificuldades de comunicação dificultam o êxito das operações contra os “senderistas” (CARO, 2009; OBANDO, 2009). Em janeiro de 2009, o governo criou a Região Militar do VRAE, mediante o Decreto Supremo N.001-2009-DE/EP, com o intuito de facilitar as operações logísticas e militares do exército contras os remanescentes do Sendero Luminoso. No que se referem às ações policiais contra o narcotráfico, os resultados até aqui também não são animadores, pois os cultivos de coca e a produção de cocaína cresceram nos últimos anos, conforme indicam os dados mostrados anteriormente. A ausência de projetos de economias alternativas verdadeiramente sustentáveis constitui um aspecto fundamental para os reveses das estratégias antidrogas na região. Além disso, a polícia peruana tem encontrado extrema dificuldade para combater a poderosa e complexa cadeia do narcotráfico no país. Já as ações civis, que para a maioria dos analistas é o aspecto mais importante do plano, caminham de forma muito lenta, numa região que falta quase tudo. Entraves burocráticos, insuficiência de recursos financeiros, corrupção e falta de capacidade política dos governos regionais são apontados como os principais problemas dos programas de desenvolvimento econômico e social e de infra-

estrutura. Em maio de 2009, logo após a morte de 14 militares numa emboscada armada pelo *Sendero Luminoso*, o governo peruano, reconhecendo os problemas da atual estratégia, anunciou o relançamento do Plano VRAE, baseado em três eixos fundamentais: desenvolvimento econômico e social; segurança e legalidade; e comunicação e participação.

Em conjunto, seja qual for o nível em que nos coloquemos, é fácil constatar que o Estado peruano, desafiado como está pelas atividades do narcotráfico, não pode mais postergar a colocação em prática de uma estratégia consistente de luta contra o tráfico ilícito de drogas. Nesse intento, antes de qualquer coisa, essa empreita requer grande vontade política e uma conjunção de esforços de diversos segmentos internos e externos, pois o problema é complexo e de dimensão global. Um ponto de partida razoável para mergulhar no problema, talvez seja a constatação, evidenciada pela maioria dos estudiosos, de que é preciso enfrentar as causas estruturais do problema, ou seja, a pobreza e a exclusão de grandes setores sociais dos frutos do crescimento econômico.

Outro ponto fundamental está relacionado ao tipo de relação que o país estabelece com os EUA no tratamento do tema. Nos últimos 30 anos, desde que transformou o narcotráfico num problema de segurança nacional, a política militarizada e repressiva de combate à oferta da droga nos países produtores pode ter sido muito conveniente para justificar as ingerências geopolíticas e geoeconômicas dos EUA na América Latina, porém foi incapaz de abalar as atividades do narcotráfico, além de provocar impactos sociais desastrosos e agravar problemas políticos na região.

Os norte-americanos são os maiores provedores de recursos financeiros para a atual *“Estrategia Nacional de Lucha contra las Drogas 2007-2011”*, do governo peruano, com uma participação de cerca de 90% dos recursos (OBANDO, 2009). Um dos objetivos principais dessa estratégia é reduzir em 40% a superfície dedicada ao cultivo de coca para o ano de 2011, através da erradicação voluntária e forçada. Porém, ainda que o processo de erradicação venha sendo até maior do que o previsto para o período, o plantio de coca, como já foi apontado, vem aumentando. Segundo dados da ONU (2009), 10.143 hectares de coca foram erradicados em 2008. Mesmo assim, os cultivos aumentaram 4,5%, em relação ao ano de 2007, passando de 53.700 hectares em 2007, para 56.100 hectares em 2008 (UNODC, 2009a).

Cabe notar que, de acordo com a ONU (2009), 100% das ações de erradicação foram forçadas, fato que continua provocando vários conflitos entre população e governo na zona norte do Alto Huallaga, região onde se concentra a erradicação desenvolvida pelo *CORAH*. Os camponeses da região, altamente dependentes do cultivo da coca, alegam que os programas de desenvolvimento alternativos são ineficazes e cobrem poucas pessoas, e também reclamam da estratégia repressiva que pune os camponeses que dependem daquela atividade para a sobrevivência, enquanto nada ocorre com os grandes traficantes.

Assim, mais uma vez, fica evidente que não tem funcionado a estratégia de luta antidrogas concentrada amplamente na erradicação forçada dos cultivos nos países produtores. O chamado “efeito balão” deve continuar ocorrendo no Peru e na região andina, enquanto não ocorrer uma estratégia capaz de erradicar as causas estruturais do problema. Nesse sentido, por um lado, as relações entre os EUA e a Região Andina, e em especial o Peru, poderiam passar por um enfoque multilateral que visasse fortalecer as ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas áreas atingidas. Tanto no Plano VRAE quanto na “*Estrategia Nacional de Lucha contra las Drogas 2007-2011*” estão previstas ações de desenvolvimento, porém, na prática, pouco se tem avançado nessa área. O fato de não ter ocorrido erradicação voluntária no Alto Huallaga em 2008, constitui uma prova de que as ações de desenvolvimento ainda são muito tímidas. De outro lado, os norte-americanos, como principais consumidores de drogas, deveriam formular políticas mais efetivas de redução da demanda no seu território, além de coordenar e fortalecer mecanismos mais severos de controles sobre vendas de armamentos e insumos químicos e sobre lavagem de dinheiro. A defesa de tal enfoque, que também é preconizado por vários estudiosos e instituições, não deve implicar em acabar com as ações militares repressivas sobre o narcotráfico. As ações militares e de desenvolvimento devem ocorrer de forma integrada.

Democracia, representação e nação

O cenário político peruano entrou no século XXI ainda marcado por dilemas não equacionados nos períodos anteriores. Em ampla medida, as controvérsias em torno da democracia, da representação e da governabilidade seguem como temas fundamentais da questão nacional. Os recorrentes desencontros entre Estado e sociedade, a cultura política autoritária, as desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, que se

expressam em termos políticos e econômicos, continuam colocando em causa a possibilidade de o país se converter numa nação integrada.

Quando se examina a história da experiência democrática peruana, logo se evidencia o seu caráter precário, fragmentado e incompleto. No período mais recente, com o fim do “Governo Revolucionário das Forças Armadas” em 1980, o país entrou num novo processo de redemocratização, que, com a aprovação da Constituição de 1979, estipulava uma nova relação entre Estado e sociedade, calcada em novas instâncias de representação e mecanismos de descentralização do poder. Esse processo foi abalado por um complexo quadro, apresentado durante os governos de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e de Alan García (1985-1990), que envolvia uma grave crise econômica, fragmentação da sociedade, conflitos políticos, débil penetração dos partidos nos setores sociais, violações dos direitos humanos, terrorismo, subversão, narcotráfico e escândalos de corrupção. A eleição do *outsider* Alberto Fujimori, do movimento Cambio 90, nas eleições de 1990 - com um discurso que articulava uma dura crítica ao sistema político, um forte apelo aos setores sociais pobres e a promessa de resolver a crise econômica e os problemas relacionados ao terrorismo (principalmente do grupo *Sendero Luminoso*) - representou o desfecho desse quadro e a interrupção do processo de redemocratização inaugurado pela Constituição de 1979 (AZPUR, 2006; REVESZ, 2009).

Em linhas gerais, a era Fujimori (1990-2000), construída com maior evidência após a dissolução do Congresso, no autogolpe de 5 de abril de 1992, e a instauração da centralizadora Constituição de 1993, pode ser caracterizada: por amplas reformas neoliberais e o controle da inflação, no plano econômico; por um centralismo autoritário, no âmbito político, que guardava a democracia formal, mas que, na prática, governava de forma autoritária, gerando uma destruição da institucionalidade democrática; por práticas assistencialistas e clientelistas no relacionamento com os setores populares, que garantiram grande popularidade ao presidente; por um vigoroso controle sobre as forças armadas, construído no exitoso combate sistemático ao terrorismo, que legou ao país um triste histórico de inúmeras violações dos direitos humanos; e privatização do poder público, com a formação de um esquema mafioso de corrupção chefiado por Vladimiro Montesinos (MONTERO, 2001; TANAKA, 2004; RODRICH, 2008).

O período Fujimori terminou em 19 de novembro de 2000, quando o presidente renunciou, já no seu terceiro mandato, sob acusações evidentes de cometer fraudes eleitorais e diversas formas de corrupção. Em todas as suas implicações, a era Fujimori acabou aprofundando significativamente o quadro de desestruturação dos atores sociais e de erosão da sociedade civil peruana, evidenciado numa crise de legitimidade, de confiabilidade e de representatividade das organizações e instituições sociais e políticas tradicionais (ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004; REVESZ, 2006).

Nesse ambiente, em que pese a expressiva participação da antiga Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), as eleições de 2001 foram marcadas pela proliferação de movimentos independentes e de partidos *ad hoc*, que não possuíam enraizamento social e se definiam não por ideologias, mas por personalidades. Assim, com 36,61% dos votos válidos, foi eleito Alejandro Toledo (2001-2006), pelo Peru Possível, uma organização política pouco estruturada e com membros sem trajetória pública expressiva.

Toledo assumiu a presidência diante de vários desafios que se colocavam para o país naquele momento, como o de organizar uma ordem política democrática estável, capaz de construir mecanismos transparentes de comunicação entre Estado e sociedade civil, de desmontar os esquemas de corrupção, de recuperar a credibilidade das instituições públicas e de enfrentar os graves problemas sociais e econômicos (BONILLA, 2001). Além disso, com o fim do governo Fujimori, diversos setores sociais exigiam uma investigação sobre os acontecimentos ocorridos na guerra interna que envolveu subversivos, terroristas e o Estado.

No âmbito político, logo após sua posse, em julho de 2001, Toledo ratificou a criação da *Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR)*, que havia sido criada no governo provisório de Valentín Paniagua (2000-2001). Sob o lema “verdade, justiça e reparação”, uma comissão foi montada com o objetivo de investigar o que ocorreu no país durante os anos da guerra interna entre 1980 e 2000. Até 28 de agosto de 2003, quando foi publicado o relatório final, a comissão constatou uma infinidade de casos de violações dos direitos humanos e fez uma estimativa de mortos e desaparecidos em torno de 69.280. Segundo o relatório, o *Sendero luminoso*, principal causador do conflito, foi responsável por 54% das vítimas mortas e desaparecidas, enquanto as Forças Armadas foram responsáveis por 37%. A maior parte do conflito se desenvolveu

em áreas rurais e pobres, distante da Costa, e 75% das vítimas foram de comunidades indígenas, *quechuas* e *ashánincas*. O relatório também concluiu que os governos de Fernando Belaunde Terry, Alan García Pérez e Alberto Fujimori tiveram responsabilidade moral e política no processo, por terem dado às Forças Armadas poderes irrestritos e sem controle. Fujimori também foi responsabilizado penalmente. Por fim, o relatório propôs ao Estado um conjunto de medidas de reparação dos danos, e sugeriu uma série de reformas sociais, legais e institucionais que pudessem impedir um novo ciclo de violência no país.¹⁴

Ainda no campo da política, em 2002, o governo Toledo deu início a uma tímida agenda de reformas políticas que teve como perspectivas: a recuperação da autonomia das instituições; a construção de mecanismos de transparência e de acesso à informação pública; e a promoção da descentralização política, com a transferência de algumas atribuições do governo central para os governos regionais e municipais. Também foram criados mecanismos de participação cidadã no funcionamento dos governos regionais e municipais, como os *Consejos de Concertación Regional (CCR)*, *Consejos de Concertación Local (CCL)*. Ocorre que tais iniciativas foram insuficientes para modificar o quadro de graves problemas políticos herdados do passado. Sobre a reforma política no governo Toledo, em sintonia com vários estudiosos do assunto, Javier Azpur (2006: 166) assinalou:

Durante el gobierno de Toledo se han dado pasos solo parciales y absolutamente insuficientes. La recuperación de la autonomía de las instituciones, los mecanismos de transparencia y acceso a la información pública, y la descentralización son, sin duda, aspectos importantes pero muy limitados. En lo fundamental se mantiene una estructura estatal funcional a un esquema económico que se muestra agotado como mecanismo de inclusión y de consolidación de la democracia. Tenemos un Estado que se orienta hacia los intereses privados y corporativos, y establece una forma de relación clientelista con la sociedad y la población. De más está decir que nada se ha avanzado en reformar el Estado para desarrollar una abierta lucha contra la utilización corrupta de los recursos públicos. En resumen, estamos frente a un Estado que no ha sido modificado estructuralmente y que mantiene el mismo papel subordinado a los poderes fácticos, las mismas deficiencias administrativas y de gestión, así como los mismos problemas de corrupción.

¹⁴ Ver: Comisión de la Verdad y Reconciliación. (2003). *Informe final de la Comisión de la Verdad y reconciliación – Perú*. Disponível em: <http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>.

No campo econômico, a administração Toledo não modificou as linhas básicas da política econômica anterior, sendo beneficiado, a partir de 2003, por uma conjuntura internacional – marcada pelo aumento dos preços dos principais produtos de exportação latino-americanos (minérios, petróleo e produtos agrícolas) e pela grande liquidez no mercado mundial – que trouxe bilhões de dólares ao país, permitindo a melhora dos seus fundamentos macroeconômicos. Tal quadro, embora tenha permitido um maior crescimento da economia e uma pequena expansão das políticas sociais e setoriais, não foi suficiente para reduzir as desigualdades e os altos níveis de pobreza.

Não foi à toa que, durante o governo Toledo, o país vivenciou inúmeros protestos populares, alguns com alto grau de violência, protagonizados pelos mais diferentes grupos (professores, camponeses, *cocaleiros*, médicos, operários, desempregados e mineiros), com uma infinidade de demandas específicas relacionadas ao meio ambiente, ao trabalho, ao plantio de coca, ao mercado agrícola etc. Note-se que, evidenciando a fragmentação dos setores populares, essas violentas explosões sociais não expressaram uma articulação entre seus atores, não foram mediadas por partidos políticos e nem decorreram de movimentos sociais articulados em torno de plano de projetos nacionais de transformação estrutural, como tem ocorrido na Bolívia e no Equador, por exemplo. Todo esse quadro deixou evidente a persistência da ausência de mecanismos institucionais de comunicação entre as demandas da sociedade e o aparato estatal (PIZARRO, TRELLES y TOCHE, 2004; PIZARRO, SAITO y TRELLES, 2005; REVESZ, 2006). De uma forma ou de outra, no Peru recente, pode-se dizer que as mobilizações e os confrontos têm sido uma estratégia dos setores sociais para buscar interlocução com o Estado e intervir em assuntos específicos da fragmentada cena social, geográfica e étnica do país.

Assim, num ambiente de alto grau de corrupção presente nas instituições públicas, de instituições políticas frágeis, de débeis mecanismos de comunicação entre a sociedade e o Estado e de falta de sintonia entre o crescimento econômico e as condições de vida de grande parte da população, as eleições presidenciais de 2006 acabaram reproduzindo o quadro político de eleições anteriores. Ou seja, continuaram marcadas pela debilidade dos partidos tradicionais, pela fragmentação política e, nesse momento, de modo mais forte, por uma tendência esquerdista e radical de uma parte significativa do eleitorado (ROSPIGLIOSI, 2007).

Em que pesem as reformas eleitorais desenvolvidas durante o governo de Alejandro Toledo, como a Lei N.28094, de novembro de 2003, que estabeleceu um marco normativo no sentido de consolidar as organizações partidárias, diminuir a fragmentação do sistema político e coibir a emergência de *outsiders*. As eleições de abril de 2006 tiveram vinte candidaturas para presidente e quase três mil postulantes ao Congresso. Os candidatos com maior possibilidade de vitória nas eleições presidenciais eram: Lourdes Flores Nano, do Partido Popular Cristão, com o apoio da Aliança Unidade Nacional; Alan García Pérez, da Aliança Popular Revolucionária Americana – APRA; Valentin Paniagua, da Ação popular; e Ollanta Humala, Partido Nacionalista, respaldado pela União Pelo Peru. Depois de dois turnos, e uma tremenda campanha midiática em torno de Alan García, rerepresentado como o menor dos males, diante do seu opositor, o *outsider* esquerdista Ollanta Humala, o resultado foi a vitória de García.

O resultado do segundo turno, 52,6% dos votos para García e 47,4% para Humala, colocou em evidência as divisões sociais e territoriais do país, que podem ser expressas na oposição Costa e Serra. García ganhou nas cidades mais populosas, localizadas na região da Costa, como na aglomeração “limenha”, nos Departamentos de Lima e de Callao, que concentram 35% dos eleitores do país. Também teve votação expressiva nas cidades mais populosas do Norte, velho reduto da APRA. Já Humala teve a preferência do eleitorado camponês e indígena, nos Departamentos da Serra andina, do Sul e da Amazônia. Vale lembrar que, há duas décadas, essas regiões têm votado em *outsiders*, como nas preferências por Fujimori e Toledo (GUERRERO, 2006; DURAND y GODARD, 2007).

A gestão de Alan García tem dado sequência ao modelo econômico, de base neoliberal, iniciado durante o governo Fujimori e mantido na gestão Toledo. Nesse sentido, o regime de abertura econômica e de concessões aos investimentos privados tem se expandido, principalmente nos setores de mineração e de hidrocarbonetos. Além disso, García concluiu as negociações do Tratado de Livre Comércio com os EUA, iniciadas no governo Toledo, e impulsionou as negociações para firmar novos tratados de livre comércio com o Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Japão, México, Singapura, Tailândia e União Europeia. Os primeiros anos do governo García foram marcados por um crescimento econômico acelerado, cujos frutos têm sido mais bem aproveitados pelos setores sociais médios e altos da Costa.

No plano social, embora o país esteja apresentando redução dos níveis de pobreza, as políticas públicas (saúde, educação, segurança, justiça, infra-estrutura etc.) não têm avançado de forma eficaz, esbarrando em problemas como a falta de continuidade, a burocracia, o incompleto processo de descentralização política, a corrupção e a insuficiência de recursos. Também deve ser notada a expansão dos conflitos sociais, resultante, em larga medida, da falta de encaminhamento das demandas de vários segmentos sociais. Não por acaso, o governo García apresenta baixíssimo índice de popularidade.¹⁵ Outro problema que aflige o país é a emigração massiva. Atualmente, mais de 10% dos peruanos se encontram residindo em território estrangeiro. De acordo com os cálculos apresentados pelo documento “*Perú: estadísticas de la migración internacional de peruanos*”, no período 1990-2007, 1.940.817 pessoas deixaram o país sem retornar por pelo menos seis meses. Em 2006, saíram do país 291.500 pessoas, e, em 2007, 239.491.¹⁶ A desigualdade distributiva, a concentração de renda, o alto nível de subemprego e de informalidade, a discriminação e a carência de oportunidades são fatores determinantes para o alto índice de emigração (TORRES, 2008; SALAH y VARGAS, 2009).

No plano político, o país continua mostrando tremendas dificuldades para, entre outros problemas, avançar na reforma do Estado, enfrentar a corrupção e modernizar os aparatos burocráticos administrativos. O repúdio da população aos atores e instituições políticas continua crescendo. Com um breve olhar sobre os principais meios de comunicação peruanos, não é difícil perceber que a eleição presidencial de 2011 já constitui um tema recorrente, ainda que esteja distante. Outro tema que tem causado desconforto numa parcela da população, e aumentado as sensações de exclusão, indiferença, frustração, discriminação e falta de reconhecimento, é a forma como tem ocorrido o cumprimento das recomendações sugeridas pela *Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR)*. Após seis anos de conclusão do relatório, o cumprimento de suas recomendações - para que se fizesse justiça, punindo os culpados e reparando os prejuízos das vítimas, e promovesse o desenvolvimento econômico e social das áreas

¹⁵ Segundo pesquisa divulgada pela *Ipsos Apoyo Opinión y Mercado*, em junho de 2009, a aprovação do governo García estava em 21%, enquanto a desaprovação era de 76%. Ver: “Opinión data”. Año 9, n. 113. Lima: 22 de junio del 2009. Disponível em: <http://www.apoyoconsultoria-sae.com/images/upload/informeportada/archivo/Opinion%20Data%20Junio%20-%202009.pdf>.

¹⁶ Ver: Organización Internacional para las migraciones – OIM (2008) *Perú: estadísticas de la migración internacional de peruanos 1990-2007*. Disponível em: http://www.oimlima.org.pe/docs/estadisticas_migraciones1990-2007.pdf.

afetadas - caminha de forma muito lenta (CERRO, 2008; JARA, 2008). Para Alberto Adrianzén (2009), o lento avanço no cumprimento das recomendações da CVR está relacionado à resistência dos militares, ao escasso compromisso de setores da sociedade peruana com a questão dos Direitos Humanos e ao racismo de determinados setores sociais e políticos contra os indígenas, *quechuas* e *ashánincas*, que formam a maior parte das vítimas (ADRIANZÉN, 2009). De acordo com José Luis Rénique (2008), parafraseando Salomón Lerner, a cada dia que passa, desde agosto de 2003, sem que se cumpram as recomendações da CVR, ocorre uma perda de credibilidade e legitimidade do Estado peruano e uma sombra de dúvida sobre o futuro da democracia aos olhos das vítimas (RÉNIQUE, 2008).

Em conjunto, numa perspectiva ampla e histórica, quando se observa o processo de redemocratização peruano, iniciado na década de 1980, não é difícil perceber que se trata de uma obra incompleta. Pode-se dizer que a debilidade desse processo está na sua dificuldade de estabelecer instituições políticas que, de fato, garantam a participação efetiva dos cidadãos, a canalização das demandas sociais, uma melhor distribuição dos recursos econômicos, a promoção do desenvolvimento humano e social, a imparcialidade da justiça, uma eficaz gestão dos recursos públicos e a profissionalização do serviço público (TANAKA, 2004; ROMERO, 2007; CÁRDENAS, 2008). Com essas debilidades fica muito difícil equacionar os principais problemas do país, que envolvem pobreza, exclusão, desigualdade e falta de reconhecimento para parte da população. E, nesse sentido, é um grande equívoco imaginar que a democracia peruana se consolide sobre uma base de exclusão e de pobreza, ainda que o país passe por um período de crescimento econômico. Nesse ambiente, a legitimidade das instituições e dos atores políticos e a governabilidade estarão sempre ameaçadas, comprometendo o desenvolvimento econômico, o tecido social e a integração do país. Diante disso, o desafio que se coloca para a democracia peruana não é simplesmente o de aperfeiçoamento da engenharia institucional. Trata-se da elaboração de um projeto nacional que seja capaz de sinalizar perspectivas de futuro, agregar interesses, oferecer um sentido comum de cidadania e enfrentar as desigualdades sociais, culturais e regionais.

Uma breve visão de conjunto

Quando se tenta interpretar a realidade peruana recente - seja na Serra, na Selva ou nos vales cocaleiros, como foi o caso desse trabalho – pode-se perceber a tremenda debilidade do Estado e de suas instituições para penetrar de forma eficiente, justa, profissional e inclusiva socialmente em todas as partes do território peruano. Daí decorre um tremendo déficit de cidadania para uma grande parcela da população, desdobrando em conflitos sociais e instabilidade política, a despeito dos êxitos econômicos do país. Todo esse quadro tende a reforçar os distanciamentos sociais, regionais, raciais e culturais, que, historicamente, dividiram o país em setores que não se reconhecem como parte de um único destino nacional. Ainda que, conforme avança a expansão capitalista, os grupos sociais tendam a frequentar e a conviver nos mesmos espaços geográficos, a distribuição dos recursos econômicos, a discriminação, o racismo e as oportunidades sociais mantêm o distanciamento.

Assim, sem a pretensão de oferecer receitas prontas ou soluções mágicas, um complexo desafio parece estar lançado ao futuro do Peru: compatibilizar crescimento econômico com democracia plena, atenção ao meio ambiente e redução substancial da pobreza e da desigualdade. Claro, a agenda não é pequena, mas sem enfrentá-la dificilmente o país sairá do quadro de tensões sociais e instabilidade política, mesmo num ambiente de crescimento econômico. O motor dessa agenda talvez seja o aprofundamento do processo de democratização, que caminha de forma lenta desde o fim da era Fujimori. Isso envolve, num país com pluralidade étnica e cultural, a multiplicação de espaços favoráveis ao desenvolvimento de formas de solidariedade, cooperação, participação democrática e reconhecimento do “outro” como homem livre e igual. Enfim, o desafio é consolidar a nação.

Referências Bibliográficas

ADRIANZÉN, Alberto. (2009), “El indígena como límite”. *La República*, 05/09/2009. Disponível em: <http://www.larepublica.pe/disidencias/05/09/2009/el-indigena-como-limite>. Acesso em: 20/09/2009.

AGENCIA DE COOPERACIÓN TÉCNICA ALEMANA – GTZ. (2006), *Alternative Development Tocache-Uchiza, Peru*. Disponível em: <http://www.bvcooperacion.pe:8080/biblioteca/bitstream/123456789/3174/1/BVCI0001931.pdf>. Acesso em: 16/07/2009.

ALARCÓN, Fernando Bravo. (2005), “Comunidades y minería ¿escalada de conflictos?” *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas - PUC Perú. Año 1, n. 1, pp. 20-22.

ALAYSA, Rosa. (2009), “¿Conflictos sociales tierra de nadie o tierra de muchos?” *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas - PUC Peru. Año 5, n. 24, pp. 5-18.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo e SANTOS, Fabiano. (2004), *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp.

ANTEZANA, Jaime. (2009), “Un Comando Unificado. Narcotráfico y Gobernabilidad”. *Boletín electrónico del Instituto de Estudios Internacionales (IDEI)*. Pontificia Universidad Católica del Peru. Año 3, n.23. Disponível em: http://www.pucp.edu.pe/idei/narcotrafico_gobernabilidad/articulo_detalle.php?idarticulo=28. Acesso em: 20/09/2009.

ARCE, Gerardo. (2008), “Los riesgos de militarizar la lucha contra el narcotráfico: algunos apuntes sobre el Plan VRAE”. *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas - PUC Perú. Año 4, n. 17, pp. 18-21.

ASTE, Juan. (2007) “Perú: expansión minera y desarrollo sostenible”. *Economía y sociedad* 65, CIES, pp. 24-30.

AZPUR, Javier. (2006), “La descentralización y la participación en el proceso de construcción de la democracia”. *Perú Hoy*, n.9, pp. 151-176.

BEDOYA, César García. (2007), “Minería y escenarios conflictivos”. *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas - PUC Perú. Año 3, n. 14, pp. 24-25.

BONILLA, Adrián. (2001), “Vulnerabilidad internacional y fragilidad doméstica: la crisis andina en perspectiva regional”. *Revista Nueva Sociedad*, n.173, pp. 50-64. Disponible em: <http://www.nuso.org/revistaActual.php?n=173>. Acceso em: 15/07/2009.

CÁRDENAS, Jans Erik Caverro. (2008) *La democracia incompleta. Una retrospectiva a la gobernabilidad de Perú después de la transición democrática*. Documentos CIDOB. América Latina, n.26. Barcelona.

CARO, Héctor John. (2009), “VRAE: sangre, sudor y muerte”. *Generación*. Año 7, n.124, pp. 6-11.

CARRILLO, H. (2008), “Recursos naturales y minería. Un encuentro sin diálogo entre sus inversiones sociales y el desarrollo”. *Perú Hoy*, n.14, pp. 293-304.

CASTRO, Sofía. (2009), “Pobreza, conflictos socioambientales y minería”. *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas - PUC Peru. Año 5, n. 23, pp. 20-23.

CERRO, José Luis Pérez Sánchez. (2008), “Lecciones de una etapa sangrienta. ¿hemos aprendido los peruanos?” En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 267-282.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL (2009), *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2008-2009*. Santiago.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. (2003), *Informe final de la Comisión de la Verdad y Reconciliación*. Lima. Disponible em: <http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>. Acceso em: 25/09/2009.

CONSTRUYENDO DEMOCRACIA. (2008), *El relanzamiento del Plan VRAE*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo – DESCO. Año 4, n. 13, pp. 10-12. Disponible

em: <http://www.desco.org.pe/apc-aa-files/d38fb34df77ec8a36839f7aad10def69/CD13.pdf>. Acceso em: 20/07/2009.

CUBAS, Hugo Cabieses. (2008), “Política de drogas: cuatro aciertos, cinco continuidades y ninguna propuesta seria”. *Perú Hoy*, n.13, pp. 360-383.

DEFENSA Y REFORMA MILITAR. (2007), *Decreto supremo 003-2007-DE. Intervención estratégica integral Plan VRAE*. Lima, 22/02/2007. Disponible em: http://www.defensaidl.org.pe/leg_peru/defensa/07/04.pdf. Acceso em: 20/07/2009.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. (2009), *Reporte de conflictos sociales n.64*. Disponible em: http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/objetos/paginas/6/44conflictos_-_reporte_64_-_junio_2009.pdf. Acceso em: 25/06/2009.

DESDEADENTRO. (2009), *Camisea: cinco años de inversión que no se detiene*. Disponible em: <http://www.snmpe.org.pe/revista/edicion71/revista.htm>. Acceso em: 10/09/2009.

DURAND, Francisco. (2008), “Las nuevas elites del poder: sueños económicos y pesadillas políticas”. En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 72-97.

DURAND, Mathieu y GODARD, Henri. (2007), “Las elecciones presidenciales en el Perú en 2006: un indicador de la segregación socio-espacial y de la protesta social”. *Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines*, n.36 (1), pp. 165-170.

GARCÍA, Alan. (2007), “El síndrome del perro del hortelano”. *El Comercio*. Peru, 28/10/2007. Em: http://www.elcomercio.com.pe/edicionimpresa/Html/2007-10-28/el_sindrome_del_perro_del_hort.html. Acceso em: 15/08/2009.

_____. (2007), “Receta para acabar con el perro del hortelano”. *El Comercio*. Peru, 4/11/2007. Disponible em: http://www.elcomercio.com.pe/edicionimpresa/Html/2007-11-25/receta_para_acabar_con_el_perr.html. Acceso em: 15/08/2009.

GONZALES, Alberto. (2008), “Políticas de reducción de la pobreza en el Perú. Una historia de arena”. En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 155-186.

GORDILLO, Roberto. (2009), “Un vistazo al programa de desarrollo: aspecto socioeconómico del plan VRAE”. *Generación*. Año 7, n.99, pp. 7-13.

GOULEY, Clotilde. (2007), “Conflictos mineros, interculturalidad y políticas públicas: el caso de Las Bambas, provincias de Cotabambas y Grau, departamento de Apurímac”. *Economía y Sociedad* 65, CIES, pp. 46-54.

GUERRERO, Carlos Meléndez. (2006), “Partidos y outsiders. El proceso electoral peruano de 2006”. *Revista Desafíos*, n.14, pp. 40-68.

GUEVARA, Anahí Durand. (2005), “El movimiento cocalero y su (in)existencia en el Perú. Itinerario de desencuentros en el río Apurímac”. *Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines*, n.34 (1), pp. 103-126.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA – INEI (2009), *Evolución de la pobreza en el Perú al año de 2008*. Gobierno del Perú. Disponible en http://censos.inei.gob.pe/DocumentosPublicos/Pobreza/2008/Exposicion_Pobreza_2008.pdf. Acceso em: 25/08/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2008), *La droga en América Latina II: optimizar las políticas y reducir los daños*. Informe sobre América Latina, n.26. Bogotá/Bruselas.

IPSOS APOYO OPINIÓN Y MERCADO. (2009), *Opinión data*. Año 9, n.113. Lima: 22/06/2009. Disponible em: <http://www.apoyoconsultoria-sae.com/images/upload/informeportada/archivo/Opinion%20Data%20Junio%20-%202009.pdf>. Acceso em: 10/09/2009.

JARA, Ernesto. (2008), “El papel de la sociedad civil frente a la violencia política”. En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 235-266.

LAGOS, Luis. (2009), “Los últimos terroristas en el VRAE: vigencia de Sendero”. *Generación*. Año 7, n.123.

MÉNDEZ, Eduardo Zegarra; ORIHUELA, José Carlos y PAREDES, Maritza (2007) “Minería y economía de los hogares de la sierra peruana: impactos y espacios de conflicto”. *Economía y Sociedad* 65, CIES, pp.31-38.

MONGE, Carlos.; PORTOCARRERO, León. y GARCÍA, Rocío. (2008), “Territorio y naturaleza. Desarrollo en armonía”. *Perú Hoy*, n.14, pp. 115-142.

MONTERO, Mercedes García. (2001), “La década de Fujimori: ascenso, mantenimiento y caída de un líder antipolítico”. *América latina Hoy*, n.28, pp. 49-86.

OBANDO, Enrique. (2009), “Análisis sobre la seguridad interna y externa de Perú y su posición respecto a la seguridad regional”. En: MATHIEU, Hans y ARREDONDO, Paula Rodríguez. (Editores), *Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Friedrich Ebert Stiftung – Bogotá, pp. 134-146.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES – OIM. (2007), *Perú: Estadísticas de la migración internacional de peruanos, 1990 – 2007*. Lima, Febrero de 2008. Disponible em: http://www.oimlima.org.pe/docs/estadisticas_migraciones1990-2007.pdf. Acceso em: 15/07/2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (1989), *Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra. Disponible em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_169.pdf. Acceso em: 22/07/2009.

PARDO, Jorge. Durand. (2009), *Entrevista*. Generación, año 7, n.99, marzo 2009. pp. 15-21.

PEREYRA, Dennis. (2009), “El 90% del valor de la producción agrícola del VRAE se basa en cultivos ilegales de coca”. *Agencia de Prensa Ambiental – Inforegion*. 15/09/2009. Disponible em: <http://www.inforegion.pe/mundo/36636/el-90-del-valor-de-la-produccion-agricola-del-vrae-se-basa-en-cultivos-ilegales-de-coca/>. Acceso em: 24/09/2009.

PIZARRO, Rosa; SAITO, Ingrid y TRELLES, Laura. (2005), “El agitado y fragmentado escenario social”. *Perú Hoy*, n.7, pp. 67-152.

_____. (2004), “La protesta social durante el toledismo”. *Perú Hoy*, n.5, pp. 29-66.

RÉNIQUE, José Luis. (2008), “Esperanza y fracaso en la historia del Perú”. En: PÁSARA, L. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 15-48.

REVESZ, Bruno. (2009), “Descentralización, la reforma inconclusa”. *Perú Hoy*, n.15, pp. 37-50.

_____. (2006), “La irrupción de Ollanta Humala en la escena electoral peruana”. Observatorio Social de América Latina (OSAL). Buenos Aires. Año VII, n.19, pp. 85-94.

RODRICH, Augusto Álvarez. (2008), “High Life. El fascinante mundo de <los de arriba> en el Perú”. En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 49-70.

ROJAS, Isaías. (2005), “Política antidrogas, derechos humanos y democracia en Perú”. En: YOUNGERS, Coletta. y ROSIN, Eileen. (Editoras) *Drogas y democracia en América Latina – el impacto de la política de Estados Unidos*. Buenos Aires: Biblos, pp. 235-286.

ROMERO, Catalina. (2007), “La democracia en el Perú: una terca voluntad”. *América latina Hoy*, n.45, pp. 94-107.

ROSPIGLIOSI, Fernando. (2007), “O impreciso futuro do Peru”. In: *Promessas e esperanças: eleições na América Latina 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SALAH, Roberto Abusada y VARGAS, Cinthya Pastor. (2009), “Migración en el Perú”. *Diálogo Político*. Año XXVI, n. 2, pp. 101-142.

SOBERÓN, Ricardo. (2007), “El narcotráfico en el Perú y la ausencia de políticas de Estado”. *Perú Hoy*, n.11, pp.271-286.

SOCIEDAD NACIONAL DE MINERÍA, PETRÓLEO Y ENERGÍA – SNMPE (2009), *La actividad minera peruana en la coyuntura de crisis internacional*. Lima. Disponible en [http://www.snmpe.org.pe/pdfs/Presentaciones/MINERIA/La actividad minera peruana_022009.pdf](http://www.snmpe.org.pe/pdfs/Presentaciones/MINERIA/La_actividad_minera_peruana_022009.pdf). Acceso em: 20/08/2009.a

_____. *Informe quincenal de la SNMPE (44) – Los Hidrocarburos*. Lima. Disponível em http://www.snmpe.org.pe/pdfs/Informe_Quincenal/EEES-IQ-44-2006-JR.pdf. Acesso em: 20/08/2009.b

TANAKA, Martín y HUBER, Ludwig. (2007), “Minería y conflicto social”. *Economía y sociedad* 65, CIES, pp. 7-17.

TANAKA, Martín. (2004), “El gobierno de Alejandro Toledo, o cómo funciona una democracia sin partidos”. *Política*, n.42, pp. 129-153.

_____. (2004), “Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: el caso peruano”. En: *Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA, pp. 93-112.

TENA, Belén Boville Luca. (2000), *La guerra de la cocaína: drogas, geopolítica y medio ambiente*. Madrid: Editorial Debate.

TORRES, Alfredo. (2008), “Los peruanos hoy”. En: PÁSARA, Luis. (editor) *Perú en el siglo XXI*. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 187-205.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. (2009), *Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2008*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Peru_monitoreo_cultivos_coca_2008.pdf. Acesso em: 10/08/2009.a

_____. (2009), *World Drug Report 2009*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2009/WDR2009_eng_web.pdf. Acesso em: 10/08/2008.b

YOVERA, Daniel. (2009), *Perú: el primer exportador de cocaína en el mundo*. *PERÚ 21*, 23/08/2009. Disponível em: <http://peru21.pe/imprensa/noticia/peru-primer-exportador-cocaina-mundo/2009-08-23/254454>. Acesso em: 10/09/2009.